

Jornal Negócios

19-04-2021

Periodicidade: **Diário**

Classe: **Economia/Negócios**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,4,5,6,7,8**



ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

“BEI pode ajudar a reestruturar dívidas das empresas”

Perante a perspectiva de incumprimento de entre 25% a 30%, António Saraiva propõe que o estado recorra ao BEI e articule uma solução para o fim das moratórias das empresas que passe pela reestruturação das suas dívidas.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO CATARINO
Fotografia

Com as moratórias a chegar ao fim em setembro, e uma perspectiva de incumprimento de 25% a 30% em relação aos quase 30 mil milhões que dizem respeito às empresas, António Saraiva diz em entrevista ao Negócios e à Antena 1 que a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) vai propor que o Estado recorra a uma linha do Banco Europeu de Investimento (BEI) que permita que as empresas possam trocar as moratórias por empréstimos mais dilatados com períodos de carência.

Em setembro vamos ter a real noção dos efeitos da pandemia, nomeadamente com o fim das moratórias.

O fim das moratórias trará uma pressão enorme às empresas que estão em moratória, à banca que a concedeu e ao Governo que a garantiu. Por isso temos defendido que até 23 de setembro, data-limite para que se encontre uma solução para os 46 mil milhões de euros de volume total em moratórias, 24 mil milhões em empresas e com tendência crescente e já mais perto dos 30 mil milhões, e 22 mil milhões das famílias, se encontre uma solução. Na CIP estamos a articular um conjunto de propostas para apresentar ao Governo durante a próxima semana,

ou nestes próximos 15 dias.

Não é o prolongamento das moratórias?

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) não dá sinais de permitir que assim seja – é não dá sinais porque estamos praticamente sozinhos com o problema. Portugal mantém este volume de moratórias porque foi essa a metodologia seguida, menos apoios do Estado, menos apoios a fundo perdido e mais protelar de prazos.

O que está em causa é o facto de a autoridade europeia vir a considerar essas suspensões como malparado. Que alternativa tem?

Como sabemos qualquer empresa que entre em incumprimento ou que peça reestruturação de dívida imediatamente é catalogada em NPL [créditos não produtivos], acende imediatamente o vermelho na avaliação de risco. E por isso nos dois anos seguintes deixa de ter qualquer possibilidade de acesso a financiamento bancário. Aquilo que se pede é uma metodologia articulada entre o Governo e os bancos, que envolva os ministérios das Finanças, da Economia, Banco de Portugal. Não vou entrar em detalhes porque gostaria de os apresentar...

Mas dê um exemplo.

Recorrer ao BEI. O Estado português recorrer ao BEI e, recolhendo capital do BEI, articular a situação para as empresas terem a possibilidade de se libertarem da data de 23 de setembro, reestruturando a dívida – imagine, com

um empréstimo com outro figurino – para que as empresas não entrem em incumprimento e que a banca não tenha de acionar a garantia do estado. Há aqui caminho que brevemente apresentaremos em termos de proposta para que esta pressão não exista e não corramos o risco da implosão de uma bomba-relógio.

De qualquer forma a banca pode sempre prolongar os prazos de pagamento, reestruturar o crédito.

A banca pode sempre fazê-lo mas terá de fazê-lo em determinadas condições porque ela própria tem regras de supervisão e de regulação a que tem de atender. É hoje praticamente seguro que a Entidade Bancária Europeia não vai permitir o alongar do dia 23 de setembro e por isso até lá temos de encontrar uma solução.

E essa solução não corre o risco de voltar a adiar o problema? Em que medida?

Este volume dos 24 mil milhões tem tipologia diferente de empresas. Há setores que estão mal mas têm empresas boas. Há empresas más em setores bons. A banca, que é conhecedora dos clientes, vai ter de articuladamente com o Governo, e caso a caso, ajudar aquelas que manifestamente não vão conseguir honrar esse compromisso até 23 de setembro. Isto passa por dar empresa a empresa um quadro de solução que alivie o problema mas crie uma condição de protelar no tempo, com outra figura que não moratória, mas um empréstimo de

longo prazo, que alivie a pressão da empresa.

Qual é que acha que vai ser a percentagem de incumprimento em setembro?

Penso que aquilo que a banca espera é que a volta de entre 25% a 30% [dos quase 30 mil milhões de euros], um problema dessa dimensão. É a perceção que criei fundamentada nas conversas que tenho mantido quer com a banca, quer com os empresários, quer com o próprio governo. O Ministério da Economia está preocupado em encontrar uma solução.

Qual seria a situação ideal?

Aliviarem essa pressão. Bem sei que o termo reestruturação de dívida está na sociedade portuguesa muito marcado – até ideologicamente – mas chamemos as coisas pelos nomes: reestruturar a dívida, alongando prazos, dando condições às empresas para poderem honrar o compromisso que assumiram fruto da situação pandémica. Dar-lhes tempo para que consigam, reformulando os seus negócios, alterando os seus modelos de negócios, ganhando os consumidores confiança, retomando a procura, honrar os seus compromissos. ■

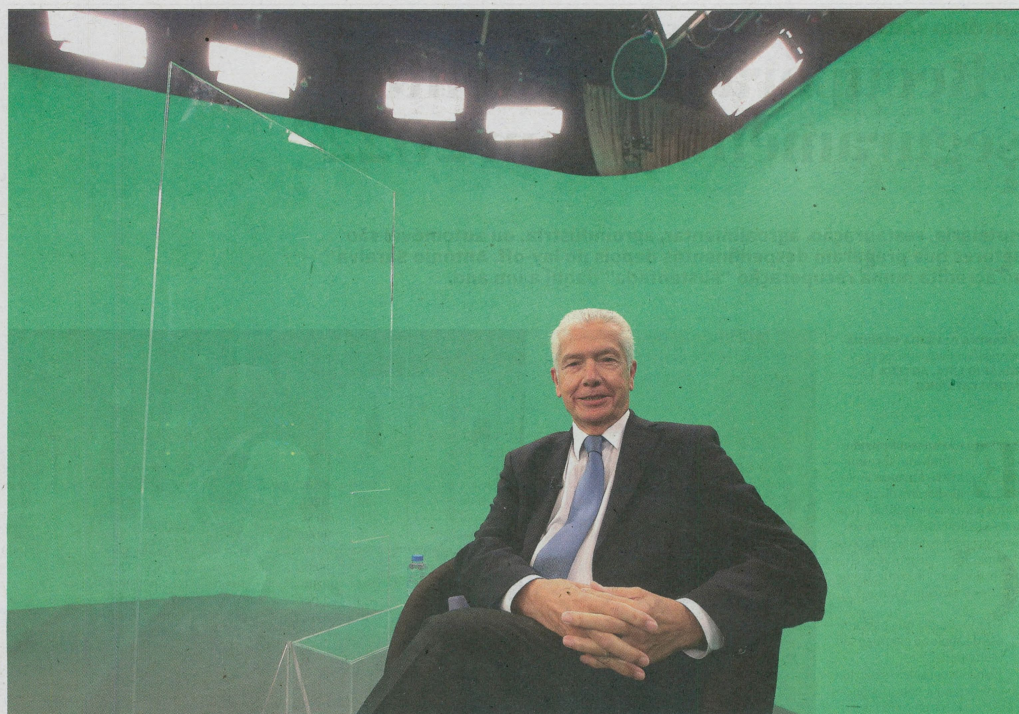
“Vamos duplicar a possibilidade de utilização de fundos comunitários”

António Saraiva olha para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) como um de três mecanismos que podem garantir 62 mil milhões em apoios comunitários.

As moratórias também têm vindo acompanhadas das linhas de crédito. Como é que tem estado a correr o recurso às linhas de crédito?

As linhas de crédito que o Governo lançou foram bem-vindas, mas como tenho dito deveriam ter sido rápidas, simples de acesso e eficazes na adesão à realidade. E não tiveram nenhum destes aspetos: chegaram tarde, foram de complexo acesso, há empresas que acederam e não receberam.

Nalguns casos essas li-



nhas de crédito têm períodos de carência que vão terminar, coincidindo com o final das moratórias.

Pois é por isso temos aí a tempestade perfeita. Por isso mesmo temos de olhar para o problema na sua real dimensão e encontrar formas de não matarmos por essa via a economia. Ela tem estado muito debilitada por enorme falta de procura e perda de receita diária de todos os setores de atividade, com honrosas exceções porque o seu modelo de negócios se adaptou a esta situação pandémica e estes, poucos, felizmente para eles, não tiveram reflexo da pandemia. Mas a esmagadora maioria das tipologias empresariais resente-se disso. [...] Ainda falta consumir alguns valores [das linhas de crédito], até porque as candidaturas não foram totalmente satisfeitas e isso permitiu ficar ali

algum dinheiro disponível mas a dúvida que se coloca é se para além do que está anunciado – e o Governo é fértil em anunciar medidas, difícil é concretizar as mesmas – se não necessitaremos, se o reflexo da vacinação, se o reflexo do combate à pandemia e à sua eficácia não tiver efeitos no tempo que se deseja, admito que nalguns setores, nalguns setores de atividade, ainda venha a ser necessário lançar algum apoio acrescido para permitir essa travessia dolorosa de algumas atividades económicas.

O reforço das linhas de crédito?

O reforço de algumas delas. Nomeadamente das que estão ligadas ao turismo e restauração, setores muito afetados.

Relativamente à recapitali-

zação, como avalia o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?

Nós olhamos para o PRR como um de três fundos que Portugal vai ter disponível. E acho que é assim que temos que entender os fundos comunitários. A saber: o PT2020, que ainda tem 10 mil milhões de euros por utilizar; o PRR, 16,2 mil milhões de euros; e o quadro financeiro plurianual, qualquer coisa perto de 37 mil milhões de euros. No conjunto destes três pacotes, o país vai ter 62 mil milhões de euros de apoios comunitários. Até agora tivemos a possibilidade de utilizar, historicamente, três mil milhões de euros ano. Passaremos a ter seis mil milhões de euros – vamos duplicar a possibilidade de utilização de fundos comunitários. Nunca, em circunstância alguma, esgotámos os 3 mil milhões de euros. O

enorme desafio que temos pela frente é conseguirmos utilizar bem os seis mil milhões, porque a janela temporal de utilização é curta. Temos até 2026 o PRR, temos até 2029/30 o quadro financeiro plurianual. Temos que ter uma estratégia, missão – uma visão – para o país. E temos que

olhar para os setores tradicionais que se reinventaram e fomentaram o seu desenvolvimento. Temos que aproveitar outros, tem-se falado muito tem-se feito pouco: a economia do mar, a floresta... O dinheiro deve acompanhar a estratégia, não pode ser a estratégia a acompanhar o dinheiro. ■

“Nunca esgotámos os 3 mil milhões de euros por ano. Passaremos a ter 6 mil milhões.”

“O turismo e a restauração podem precisar de novas linhas de crédito.”

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

“Recuperação sustentada seguramente só em 2022”

Hotelaria, restauração, agroalimentar, agroindústria, ou automóvel são setores que preparam despedimentos depois do lay-off. António Saraiva só acredita numa recuperação “sustentada” daqui a um ano.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO CATARINO
Fotografia

Embora compreenda o “otimismo” do ministro das Finanças, António Saraiva diz não ter dados para o acompanhar. Tem antes a indicação de que vários setores preparam despedimentos. Recuperação “sustentada” só a partir do segundo trimestre de 2022, ou seja, daqui a um ano.

Siza Vieira diz que as medidas de apoio ao emprego são muito poderosas.

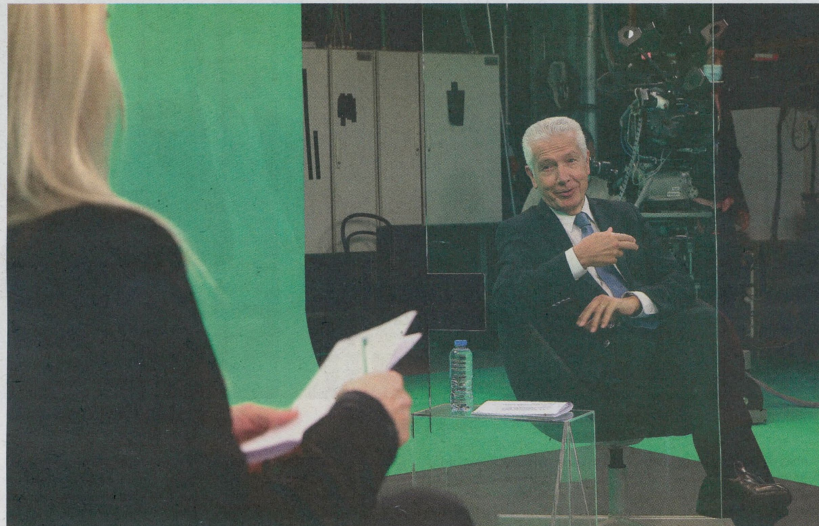
Eu não as considero assim tão poderosas porque entre o anúncio e a execução há uma diferença significativa nalguns casos.

Com a reabertura das atividades económicas, as empresas deverão deixar de ter acesso ao lay-off simplificado. O apoio à retoma, que tem sido reforçado ao longo do tempo, é adequado para esta nova fase?

Diria que sim. Embora quando se diz “apoio à retoma” tem-se a expectativa de uma retoma que tem as suas dinâmicas próprias. É difícil dizer se é suficiente ou não. Há que fazer essa avaliação e tentar ajustar.

Nas previsões do Governo a taxa de desemprego será de 7,3% este ano. Estes números fazem sentido para si, olhando para o final do ano?

Quando estas entidades fazem as suas análises, fazem-nas com base em históricos, em evoluções esperadas... mas cada vez mais situações de economias são muito



imponderáveis e inconstantes. Quase que não conseguimos prever daqui a dois meses, quanto mais daqui a seis ou sete. Dando

credibilidade a essas avaliações, o desejável era que o desemprego fosse o menor possível. [Mas] a dificuldade da retoma, estas ondas

sucessivas de, a falta de procura, o medo que continua instalado, o receio que os cidadãos em geral têm de circularem e consumirem naturalmente... Se não houver aqui uma situação extraordinária em que o nosso otimismo seja correspondido, receio que alguma reestruturação de recursos humanos seja inevitável. Vamos perder ainda algum emprego.

Vamos assistir a uma segunda vaga de despedimentos?

Vamos assistir a alguma necessidade de reestruturação empresarial em termos de recursos humanos, e não só, e em custos ge-

rais. Mas sim, há setores que nos anunciam que inevitavelmente vão ter de reestruturar o quadro de recursos humanos o que faz prever que o desemprego vá ser ligeiramente superior àquele que hoje registamos e esse combate, repito, que temos de travar.

Essa pressão é na hotelaria, turismo...?

Hotelaria, restauração, agroalimentar, agroindústria, alguma indústria, setor automóvel, [veja] as quebras que tem tido. Tudo aquilo que seja fruto da falta de procura vai ter inevitáveis reflexos. No final daquilo a que as em-

“Receio que alguma reestruturação de recursos humanos seja inevitável. Vamos perder ainda algum emprego.”

“Eu gostaria que o senhor ministro das Finanças tivesse razão mas, percebendo o otimismo, o que posso dizer é que não tenho dados para o acompanhar.”

presas estão obrigadas por terem recorrido a linhas de apoio, esgotado o termo do lay-off, em que as empresas se vejam de novo confrontadas com os custos para os quais não têm receitas, vai ser forçado, nalgumas empresas, essa reestruturação. Com que dimensão não sabemos porque da mesma maneira que conseguimos até agora sustentar o mais possível os postos de trabalho, vamos continuar a tentar evitar o desemprego, mas há situações em que isso não vai ser possível.

Mesmo assim houve uma destruição de quase 200 mil postos de trabalho. Acompanha a leitura de que o impacto no mercado de trabalho foi reduzido?

Acompanho. Há aqueles que pensam que os empresários querem é despedir, a primeira medida é despedir. Não, a primeira medida é suportar o mais possível, às vezes até ao limite, os seus recursos humanos. O grande ativo das empresas é a competência dos seus recursos humanos.

Mas quando fala, por exemplo, do plano de algumas empresas em relação a uma reestruturação, a grandes reestruturações, eventualmente, está a pensar em que horizonte? Temos aqui duas perspetivas talvez em sentido oposto. Por um lado a pressão financeira, por outro lado alguma perspetiva de normalização da atividade. A eventual recuperação da procura também pode ajudar.

Se o grande problema das empresas é a falta de procura,

se essa procura tiver um ritmo de retoma melhor do que antevemos, seguramente vamos evitar um determinado número de desemprego. Se, ao contrário do que desejamos, a retoma for lenta, o medo de sair, de consumir, de ir aos restaurantes, de ir às lojas, enfim, a normalidade da vida, aí as empresas já estão exauridas, já esgotaram as almoçadas que tinham e de facto atingiram um grau de exaustão, não vão suportar muito mais tempo uma enorme falta de procura.

Mas qual é o cenário mais provável? Acompanha por exemplo as perspetivas do ministro das Finanças que conta com uma retoma acelerada ao ponto de crescermos 4% este ano?

O Governo tem de ter sempre um discurso pela positiva, eu percebo isso. Nós próprios, dirigentes associativos, temos também de dar alguma esperança, porque se se instalar o desânimo entramos aqui numa entropia de falência. Eu gostaria que o senhor ministro das Finanças tivesse razão mas, percebendo o otimismo, o que posso dizer é que não tenho base, não tenho dados, para o acompanhar.

Do seu ponto de vista, quando vamos começar a sentir realmente que estamos numa fase de retoma?

Seguramente só em 2022. Acho que 2021 é tempo de combatermos ainda a pandemia, de termos imunidade de grupo, as vacinas serem distribuídas ao maior número possível. Eu diria que no início do segundo trimestre de 2022 estaremos em condições para sustentadamente recuperarmos. ■

“Teletrabalho só será obrigatório nos concelhos de risco alto”

António Saraiva sublinha que o diploma que estende o teletrabalho até ao final do ano só se aplicará nos concelhos de maior risco. A CIP pede “sensatez” aos sindicatos que reclamam despesas de teletrabalho.

Que posição tem sobre teletrabalho obrigatório até ao final do ano sobretudo nos concelhos de maior risco?

A obrigatoriedade do teletrabalho só é legal e suportável legalmente se nos mantivermos em estado de emergência.

Está a dizer que diploma que o governo estendeu até ao final do ano com o objetivo de manter o teletrabalho obrigatório para funções compatíveis provavelmente nos concelhos de maior risco não tem base legal para ser estendido?

Não teria base legal se o governo cegamente mantivesse até final do ano, independentemente de estarmos ou não em estado de emergência, a obrigatoriedade. O que fez foi outra coisa. Disse que enquanto nos mantivermos em estado de emergência é obrigatório, quando deixarmos de estar – seguramente dentro de 15 dias, um mês no máximo – ele só será obrigatório nas empresas que estejam parquedeas em concelhos de risco elevado.

Como aconteceu, entre novembro e janeiro.

Pode dar-se o caso de termos empresas com instalações em concelhos diversos e com regras diferentes. Enfim, é uma complexidade administrativa que temos de suportar,

havendo racionalidade e adaptabilidade. Mas o teletrabalho não é obrigatório em qualquer tipologia e em qualquer situação até final do ano. Sê-lo-á, depois do estado de emergência, em concelhos onde o estado de contágio seja superior aos ríscios que a Direção-Geral de Saúde determinou.

É isso que prevê ou determinou o diploma que o governo estendeu até ao final do ano. Nesse sentido não se opõe?

Não me oponho, até porque o teletrabalho em algumas situações e de comum acordo, tanto quando possível até é benéfico. Não podemos cair como estamos a cair ultimamente nalguma demagogia, nalgum populismo, de querer que os trabalhadores em teletrabalho tenham compensações de gastos de eletricidade, água, internet, estamos a criar absurdos. Como este: imagine que marido e mulher estão em casa em teletrabalho, são de empresas diferentes, como é que se vai aferir o delta de acréscimo do marido e da mulher na empresa A e na empresa B.

Isso é o que falta regular na lei.

Os sindicatos têm vindo numa senda de exigências como se o país, o mundo, estivesse numa situação ideal, com pedidos absurdos e com enorme falta de sensatez. Temos de ser justos e temos de encontrar de comum acordo a vantagem das duas partes, porque os trabalhadores também não têm gastos de transportes, não têm um conjunto de gastos. Vamos ser sensatos. ■

Respostas rápidas

VACINA

A esperança que temos de nos libertarmos desta pandemia.

JOSÉ SÓCRATES

Um exemplo que não dignifica nem aqueles que têm responsabilidades políticas nem a Justiça e a morosidade que demonstrou.

TAP

Uma dor de cabeça para todos que é bom que comece a voar sem turbulência.

TURISMO

Um setor muito afetado mas que seguramente vai retomar e no qual não deixaremos de ter um pilar no suporte à nossa economia.

POBREZA

Aquilo que temos de combater. Todos nós, independentemente do grau de responsabilidade que temos no país.

ANTÓNIO COSTA

O timoneiro desta nau conturbada em que nos encontramos e que com mestria tem sabido manter a navegação.

FÉRIAS

É o repouso dos guerreiros que a elas têm de chegar exaustos das atividades que desenvolvem.

ESPERANÇA

O que não podemos nunca perder.

PORTUGAL

O melhor país do mundo para viver.

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

“Deve haver alguma regulação das plataformas digitais para evitar abusos”

A CIP quer negociar as propostas de alteração à legislação laboral apresentadas pelo Governo. António Saraiva defende, no entanto, que a regulação do direito a desligar deve ser feita por negociação coletiva.



CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
PEDRO CATARINO
Fotografia

António Saraiva mostra-se disponível para analisar as propostas feitas pelo Governo sobre teletrabalho ou regulação de plataformas digitais, mas conta que do Livro Verde à legislação haja alterações.

Há um debate mais estrutural sobre o que é que se deve fazer à lei laboral para o período pós-pandemia. O Governo apresentou o Livro Verde das Relações Laborais, no qual prevê, por exemplo, a regulação do chamado “direito à desconexão”, o alargamento das situações em que o trabalhador pode passar para teletrabalho sem acordo com o empregador,

ou a regulação das plataformas digitais. Pela análise que já fez, são muitas as propostas, acha que há aqui base para negociar um acordo em concertação social?

O Livro Verde é um conjunto de intenções que o Governo nos apresentou em discussão na concertação social e aí se deveria definir porque o Governo também já anunciou que é seu desejo pô-lo em consulta pública, mas o que daí pode advir é uma infinidade de sugestões e propostas que torna o documento ingerível. Os parceiros sociais vão avaliar e opinar antes de passar a legislação. A desconexão vem transposta de matéria europeia, o que para determinadas tipologias se pode entender, para outras é impossível, pela responsabilidade hierárquica que se tem na empresa.

Mas como é que se resolve essa questão, por exemplo? Vai ter de se resolver em diálogo,

vai ter de se transpor para a contratação coletiva.

No fundo acha que a questão do direito a desligar não deve ser regulada pelo Governo, deve ser o Governo a convidar as associações patronais e sindicais a vir eventualmente a regular.

Queremos que a mesma mancha sirva por igual todas as situações é uma utopia. Há setores e setores, realidades e realidades.

Podem acontecer que esse caso em concreto acabe por ser resolvido no Parlamento.

O apelo que faço, como sempre faço, é o bom senso destas questões. Não podemos ir atrás de modas só porque o país A ou B já adotou, porque provavelmente tem uma situação económica diferente da nossa.

Mas acha que as propostas são uma boa base para um acordo?

Nós sempre tivemos disponíveis para discutir as boas propostas. O livro verde não é nenhuma obrigação, é um tema em discussão. Desligar já vem sendo falado há tempos a esta parte. Teletrabalho já existia, estamos a experimentar a sua utilização em maior escala. A questão das plataformas: de facto, deve haver alguma regulamentação da sua utilização porque, não é porque sou dirigente associativo empresarial, que não vou deixar de condenar algumas práticas que a esse nível se verificam. Temos de regulamentar para evitar excessos, para evitar abusos.

Há uma proposta que passa por tornar mais fácil a rescisão de contrato, no caso das pessoas que não têm contrato de trabalho.

Entre a intenção que o Governo coloca no livro verde para discussão, e o que da discussão vier a resultar, há aqui um hiato de ne-

gociação. Vai acontecer seguramente alguma alteração. Qual, é prematuro dizer.

Em Setembro vai começar a falar-se da viabilização do orçamento e de um novo aumento do salário mínimo. A CIP acompanhará um novo aumento de 30 euros?

Este governo definiu como durante a legislatura atingir os 750 euros de valor de salário mínimo, sempre considerámos isso um absurdo. Estamos a viver a pior situação de que alguma vez há memória, como em tudo na vida temos de adaptar as nossas necessidades e os nossos objetivos às necessidades dos tempos. Estaríamos disponíveis como sempre temos estado em evoluir no valor do salário mínimo de acordo com avaliação da economia, porque o salário mínimo na nossa opinião deve atender a crescimento económico, inflação, ganhos de produtividade. ■